

A BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA E SUAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO: DE SUA ORIGEM A 1930*

IE-00001666-1

*Martí Mertz***

Introdução

O objetivo do presente trabalho é o de identificar, através da bibliografia consultada, as tentativas de organização da burguesia industrial gaúcha durante a República Velha (1889-930).

A identificação pretendida será feita a partir do exame das condições sob as quais se desenvolveu a industrialização no Rio Grande do Sul e do papel que as imigrações alemã e italiana desempenharam nesse processo e na constituição da burguesia industrial gaúcha.

Serão também examinadas as formas pelas quais o projeto regional do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) — partido que se consolidou no poder na República Velha e que foi constituído sob os princípios ideológicos do Positivismo — contemplou a indústria gaúcha e seus empresários, bem como a sua influência nas condições de organização da classe industrial do Rio Grande do Sul.

* O presente trabalho constitui-se numa revisão bibliográfica do debate sobre as origens e o processo de industrialização no Rio Grande do Sul e restringe-se à evolução da organização da burguesia industrial gaúcha até 1930. Faz parte do projeto **Burguesia Industrial Gaúcha: Sua Organização e Atuação na República Nova**, desenvolvido no Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

** Bacharel em História e Técnica da Fundação de Economia e Estatística.

A autora agradece a Luis Roberto Pecoits Targa, Maria Lúcia Leitão de Carvalho, Pedro Silveira Bandeira e Vera Rubim Soares pela leitura e críticas que fizeram.

A primeira parte do estudo constitui-se de notas sobre a origem da indústria no Rio Grande do Sul. Através de uma síntese dos diversos trabalhos¹ que tratam dos primórdios da industrialização do Estado, pretende-se traçar um perfil de como era a indústria rio-grandense até 1930, definindo a origem, o tamanho das empresas e o que elas produziam. Supõe-se, com esses dados, poder estabelecer a preocupação dos empresários frente às possíveis atitudes assumidas pelo Governo do Estado e que repercussão estas poderiam ter sobre suas atividades.

O vínculo da industrialização com a imigração e o desses dois elementos com a constituição da burguesia industrial gaúcha são analisados na segunda parte. Nos estudos realizados pela historiografia gaúcha, a vinculação entre imigração e industrialização é uma constante, principalmente quando esses trabalhos tratam das origens da indústria no Rio Grande do Sul. Essa identificação entre esses dois processos ocorre devido às manufaturas que surgem no início da industrialização no Estado e que possuem, em sua grande maioria, proprietários de origem estrangeira. No presente trabalho, pretende-se traçar um rápido perfil do imigrante que veio ao Rio Grande do Sul, destacando a atuação política do mesmo. Nesse sentido, tratar-se-á em especial dos alemães, uma vez que são os que primeiro aqui se estabeleceram, e em maior número — se se levar em consideração apenas o Período Imperial —, e também devido à sua vinculação com a indústria nascente no Estado. Através da forma de atuação desses imigrantes, supõe-se poder determinar algumas razões que explicam a pequena mobilidade política que os industriais, como grupo econômico com objetivos e aspirações específicas, apresentaram durante a República Velha.

Por último, resgatam-se as tentativas de organização da burguesia industrial gaúcha ao longo da República Velha. De forma sucinta, busca-se traçar o perfil de sua atuação junto ao Governo e à sociedade, atuação esta que, ao final de um período de 41 anos, acabou por desembocar na criação do Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (CINFA), vista pelos industriais como a forma mais eficaz de defesa de seus interesses específicos.

Com relação a este último aspecto, é de salientar que a congregação dos industriais em um órgão de classe ocorreu somente ao final do período em análise (1930) — com a fundação do CINFA —, dadas as dificuldades decorrentes da formação da indústria

¹ Para a elaboração da primeira parte deste trabalho, recorreu-se, fundamentalmente, entre outros, aos trabalhos de: Jean Roche (1969); Sandra J. Pesavento (1979, 1980, 1985, 1986); Eugênio Lagemann (1980); Paul Singer (1977) e Limeira Tejo (1937).

Ao participar da elaboração do *Manual Bibliográfico de História Econômica do Rio Grande do Sul e Temas Afins*, teve-se a oportunidade de manusear os livros do acervo bibliográfico de cinco bibliotecas em Porto Alegre, num volume total de 1.720 livros sobre a história econômica rio-grandense. Dentre os mesmos, foi possível selecionar os que tratavam da industrialização do Estado, inclusive as biografias de alguns industriais que se destacaram na história do Rio Grande do Sul. Nesse levantamento, infelizmente, não foi encontrado o trabalho *O Empresário Industrial do Rio Grande do Sul*, elaborado em 1971 por Ani Maria Schiphorst Haas, o qual é considerado por pesquisadores da área de fundamental importância para a análise da burguesia industrial gaúcha. Na segunda fase do projeto, que analisará a atuação da burguesia gaúcha durante a República Nova, esse trabalho será devidamente utilizado.

no Rio Grande do Sul e a forma pela qual se deu o processo de imigração para o Estado. Não obstante, verificaram-se, em momentos de crise anteriores, tentativas de organização que, entretanto, não obtiveram êxito.

Por outro lado, o fato de os industriais não se encontrarem arregimentados em um órgão de classe — como acontecia com os comerciantes, que desde 1858 já possuíam a Associação Comercial, ou os criadores, que haviam fundado em 1912 a União dos Criadores — contribuiu para que optassem por uma atuação individual, ou seja, a nível de empresa, buscando, geralmente junto ao Governo Estadual, isenção de taxas, ou outros privilégios.

As dificuldades na organização da classe decorreram da sua própria formação como burguesia industrial, devido às características que envolveram as origens da indústria no Rio Grande do Sul.

Alguns aspectos das origens da indústria no Rio Grande do Sul

Por origens da indústria entende-se o momento em que ocorre a

"(...) industrialização como um processo, isto é, um conjunto de mudanças dotado de uma certa continuidade e de um sentido. Seu sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não industrial. É por operar um sistema que a industrialização implica um conjunto articulado de mudanças"².

Nesse sentido, na história da indústria do Rio Grande do Sul, pode-se acompanhar dois "modelos" de industrialização distintos. O primeiro teve como pólo as cidades de Rio Grande e Pelotas. A indústria que lá se origina nasceu com o objetivo de exportar sua produção para o mercado nacional e aproveitou-se das ligações com esse mercado já criadas pelas exportações de produtos vindos da pecuária. Devido ao caráter exportador desses estabelecimentos industriais, tenderam os mesmos a localizar-se junto do único porto de mar do Estado. Geralmente nascendo grandes, na medida em que sua produção se destinava ao mercado nacional e não ao regional, especializaram-se em poucos ramos, concentrando-se principalmente nos segmentos têxtil, de conservas alimentícias, fumos e curtumes. A fim de assegurar uma fatia do mercado nacional, vincularam-se àqueles ramos industriais onde se concentrava o seu maior poder competitivo, seja frente aos produtos fabricados no Rio de Janeiro e São Paulo, seja frente aos produtos importados.

² O autor distingue, também, o processo de industrialização da simples criação de indústrias: "(...) pode ocorrer, num momento dado, em uma economia de base não industrial, um 'surto-industrial' sem continuidade (como ocorreu no Brasil entre 1844 e 1855). Já a instauração de um processo industrializante tem raízes mais profundas, que, uma vez iniciado, é irreversível" (Cohn, 1990, p.283).

O segundo "modelo" é o que se originou na Região Metropolitana de Porto Alegre, caracterizando-se pela diversificação de sua produção em diversos ramos e pela proliferação de pequenas empresas. Ao contrário da que se desenvolveu no sul do Estado, esse tipo de indústria apoiou-se, fundamentalmente, no mercado regional, formado a partir do ingresso da economia colonial na etapa comercial e da conseqüente monetarização desta. O fato de essas indústrias nascerem pequenas não impediu que muitas se desenvolvessem, tornando-se grandes empresas e voltando-se também para o mercado nacional.

A centralização política e administrativa do Governo Imperial assegurava controle sobre a instalação de novas indústrias no País e representava um entrave ao desenvolvimento de uma economia industrial, uma vez que somente era permitida a instalação de uma nova indústria com a autorização do Imperador.

A Fiação Rheingantz — conforme Roche (1969), um exemplo de grande indústria fundada no Estado — teve seu pedido de isenção de taxas negado pela Assembléia Provincial, o que não impediu que, em 1896, essa empresa ocupasse um total de 900 operários, dividindo-se em três fábricas: uma de tecidos de lã; uma de tecidos de algodão; e uma de aniação. Em 1881, fundou em Pelotas uma fábrica de chapéus, a qual contava, em 1896, com um capital de 600 contos de réis e empregava 220 operários. Mudou sua razão social em 1895, passando a se denominar União Fabril. Detendo um capital de 3.500 contos de réis, apresentava um valor de produção de 5.000 contos e ocupava um total de 907 operários e 107 costureiras. Em 1915, seu capital registrado continuava de 3.500 contos de réis, embora o número de operários aumentasse para 1.200 (Roche, 1969; Pesavento, 1986).

O predomínio de pequenas manufaturas e a proliferação dessas pelo Interior do Estado deram origem a uma outra teoria, segundo a qual o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul teria origem no artesanato. Segundo Pesavento (1986), a proliferação dessas pequenas unidades fabris pode ser atribuída às características particulares de que se revestiu o processo de industrialização no Rio Grande do Sul, onde a acumulação de capital-dinheiro a ser aplicado na indústria se revelou menor se comparada com São Paulo.

É principalmente a partir da análise de Limeira Tejo (1937) sobre a industrialização gaúcha que se observa a identificação do desenvolvimento da indústria como fruto do trabalho do imigrante que veio para o Rio Grande do Sul e se estabeleceu como artesão, tornando-se, posteriormente, industrial. Para tanto, teria contribuído o semi-isolamento geográfico rio-grandense, o que forçou a expansão da pequena indústria. Esta seria, pois, o resultado da evolução harmônica do artesanato desenvolvido pelos imigrantes alemães.³

³ Para Tejo (1937, p.18-9) "A profunda influência das correntes imigratórias não pode ser expressa, pura e simplesmente, por um fenômeno de povoamento.(...) Não foram somente os agricultores que vieram ter aqui.(...) Foram também os artesãos (...) com estes vieram — pode-se dizer — suas oficinas.(...) O neto do ferreiro, do tecelão, do sapateiro, do marceneiro (...) o neto desses imigrantes é que em nossa era veio surpreender em sua quase generalidade como chefe da indústria".

Segundo o autor, a atividade industrial gaúcha surgiu, de forma geral, "(...) de um desenvolvimento lógico da agricultura e da pecuária regionais, a princípio como simples beneficiamento da matéria-prima, depois como acabamento dessa matéria-prima beneficiada" (Tejo, 1937, p.20).

Assim, explica ele que a "(...) origem dos frigoríficos está na charqueada das estâncias (...) da mesma maneira que a vitivinicultura partiu de uma satisfação doméstica ao gosto de beber vinho" (Tejo, 1937, p.20).

Para Limeira Tejo, a indústria gaúcha é, desse modo, o resultado da gradual transformação do artesanato, prescindindo, assim, da necessidade de acumulação de capitais que fossem investidos na indústria nascente. Segundo ele,

"Difícilmente se aponta no Rio Grande do Sul uma indústria que tenha surgido por obra e graça daquela miraculosa 'aplicação de capitais'. Quase toda exploração industrial tem uma história, é um fenômeno de evolução. Quase nunca é um acontecimento isolado na atual fisionomia econômica da região" (Tejo, 1937, p.19-20).

Portanto, o que define o sucesso são a tenacidade, o afinho, o espírito de privação e a poupança. É desse esforço individual que resulta o sucesso, e não da necessidade de investimento de capitais, pois "(...) a exploração industrial tem uma história, é um fenômeno da evolução".

A posição defendida por Limeira Tejo é contestada por autores, tais como Jean Roche, Paul Singer, Sandra Pesavento e Eugênio Lagemann, entre outros.

Roche (1969), por exemplo, afirma que o artesanato desenvolvido pelos imigrantes alemães não gerou a indústria. Somente em alguns casos, segundo ele, a oficina desenvolveu-se até tornar-se fábrica, e ele faz coincidir o início da indústria com a já mencionada criação da Fiação Rheingantz (1874) em Rio Grande.

Um dos principais contestadores da teoria da evolução industrial via artesanato, Paul Singer (1977), afirma que o artesanato praticado pelos colonos alemães teria sido destruído pela importação de manufaturas inglesas e que a indústria rio-grandense ter-se-ia desenvolvido posteriormente, a partir da substituição de importações desses produtos, que demonstravam, através de um mercado consumidor local, a viabilidade de sua fabricação no Estado. Segundo ele, eram os imigrantes alemães que se encontravam na base da industrialização através do grande comércio. Porto Alegre

"(...) se acha dominada pelas consequências da colonização alemã, não somente devido ao intercâmbio comercial com as colônias, mas porque o capital que nelas se acumula acaba sendo, em boa parte, investido em indústrias e em empreendimentos comerciais de maior fôlego" (Singer, 1977, p.167).

Considerar o artesanato como origem da indústria gaúcha, nos moldes propostos por Limeira Tejo (1937), implica supor que o artesão teve condições de gerar um excedente através de seu empreendimento, que seria direcionado para a aquisição das máquinas necessárias para transformar a pequena oficina artesanal em uma empresa industrial. Portanto, segundo essa linha interpretativa, um empreendimento artesanal teria uma capacidade de autofinanciamento de tal ordem que prescindiria da sua associação com o capital comercial e/ou financeiro em sua trajetória para a indústria moderna.

Para Pesavento, a defesa da evolução da indústria via artesanato é a reprodução do discurso burguês de "ascensão social através da capacidade de poupança e do espírito de privação" e, segundo a autora:

"Admitido que todo o empresário fora, originariamente, um colono imigrante e um artesão, a evolução linear do artesanato à indústria representava, no discurso burguês, a mais cabal demonstração de sua capacidade inovadora e do seu amor ao trabalho. Justificava-se, com isso, o sucesso e a riqueza, apresentados como merecidos e justos" (Pesavento, 1986, p.38).

Lagemann também chama atenção para essa tendência à "(...) interpretação heroica, fazendo do colono bem sucedido econômica ou politicamente um verdadeiro 'self made man' (...) chega-se a colocar o imigrante como o civilizador" (Lagemann, 1980, p.118).⁴

Pode-se argumentar, pois, que o fato de algumas empresas industriais do Estado terem evoluído do artesanato não pode ser generalizado. Roche (1969), ao se referir à fabricação dos artigos de couro, destaca que esta se dá de forma paralela, coexistindo a fábrica e o artesanato.

A análise de Pesavento (1985, 1986) difere dos trabalhos dos demais autores na medida em que transcende a polêmica sobre a origem artesanal da indústria, incluindo em seus estudos outros setores econômicos com possibilidades de acumulação de capital que poderia ser investido na indústria. Assim, o capital industrial ter-se-ia originado de cinco maneiras. A primeira, a partir do capital comercial, onde a indústria já teria nascido pronta, isto é, no caso em que o comerciante montava uma empresa fabril. Num segundo caso, a indústria teria surgido da evolução do artesanato para a empresa industrial, situação esta em que teria também ocorrido, paralelamente à atividade artesanal, o desenvolvimento de atividades comerciais, o que, de certa forma, teria proporcionado acumulação de capital capaz de ser aplicado na atividade produtiva, tornando-se, assim, responsável pela mudança qualitativa ocorrida. Uma terceira forma, diferente da anterior, seria a de uma pequena manufatura que, associada ao capital comercial, viria a se expandir em termos de capital, força-motriz, força de trabalho e linha de produção. A quarta forma pela qual se teria originado a indústria seria a partir da participação do capital bancário na formação de empresas industriais. Por último, ter-se-ia o "burguês imigrante", isto é, aquele que trouxe consigo, de sua terra de origem, capital e experiência profissional na gestão de alguma empresa.

No que se refere ao "burguês-imigrante", é necessário referir que este, aparentemente, não foi o caso predominante na formação industrial do Estado.⁵ A forma pela qual se deu a imigração no Rio Grande do Sul não propiciou que o colono imigrante

⁴ Dessa forma, assinala ele, essa idéia da origem artesanal da indústria evidencia uma visão ideológica onde o segredo do sucesso reside no "(...) trabalho e espírito de privação e poupança. Quer dizer, apresenta-se uma sociedade onde as condições objetivas oferecem possibilidades de ascensão social ao indivíduo, condicionadas unicamente à vontade de trabalhar e à disposição de sacrificar parte de seu consumo presente" (Lagemann, 1980, p.124).

⁵ Dois exemplos desse imigrante que logo após sua chegada se instalou como industrial são o de Ernesto Neugebauer, com uma fábrica de balas e chocolates fundada em 1891, e Joseph Becker, que criou uma fundição em Porto Alegre no ano de 1856 (Pesavento, 1986).

tivesse condições de acumular capitais capazes de serem aplicados em indústrias. Sua organização produtiva fundava-se na pequena propriedade rural com exploração familiar, e esta mostrou, desde cedo, seus limites relativos à capacidade de acumular capitais capazes de lastrear algum empreendimento maior, além da expansão de sua atividade agrícola.

"Assim, a transformação do colono, ocupado diretamente no cultivo da terra, o homem das mãos calejadas, em industrial constitui exceção, a ocorrer unicamente se ele possuísse conhecimentos técnicos anteriormente adquiridos. No mais, serviu ele de mão-de-obra na indústria a ele atribuída" (Lagemann, 1980, p.127-8).

Pode-se dizer que, na economia colonial, a atividade que se destacou como concentradora de capitais foi a do comércio. A organização do comércio dividiu-se entre os pequenos comerciantes situados junto aos lotes coloniais, e os comerciantes médios, os quais se localizavam num núcleo urbano da região colonial, e que eram os intermediários do grande comércio de Porto Alegre.

"(...) as vendas, em contato direto com o colono e estabelecidas nas próprias picadas ou no cruzamento dessas, o centro da colônia; o comércio intermediário, nas colônias centrais, como o foram, por exemplo, São Leopoldo, Taquara, Estrela, Montenegro, Caí, Cachoeirinha (...) sendo que, na colônia alemã, esse comércio geralmente se localizava à beira dos grandes rios do Estado; e o grande comércio, em Porto Alegre, principalmente, e de alguma forma também em Pelotas e Rio Grande, em contato com as colônias centrais e o exterior, realizando o comércio de importação-exportação e mantendo os grandes atacados" (Lagemann, 1980, p.128).

Através dessa estrutura comercial é que se pode explicar um fato característico da industrialização no Rio Grande do Sul, que é o da disseminação de pequenas unidades industriais pelo Interior do Estado. Essas pequenas unidades fabris estavam, geralmente, localizadas ao lado da "venda" e se dedicavam à transformação dos produtos da região. Exemplo disso eram as destilarias de banha, os moinhos e as cervejarias. É a partir da intermediação comercial que o vendeiro realiza sua acumulação de capital, através da apropriação do excedente produzido no setor rural, e da aplicação desse capital é que surgiram essas pequenas indústrias (Lagemann, 1980).

Como exemplo desse tipo de empresa industrial, cuja origem se encontra no capital comercial, temos a empresa de A.J. Renner, fundada em 1911, em Caí. Segundo Pellanda (s.d.), o porto de Caí, devido à sua localização, tornou-se o escoadouro único da produção das colônias da Encosta da Serra e de todo o Planalto Nordeste. Ponto de comércio intermediário, essa localização privilegiada torna fácil avaliar o desenvolvimento comercial desse empório de compra da produção rural de tão vasta zona e de abastecimento de suas necessidades em manufaturas e gêneros alimentícios ali produzidos. Aí se origina a casa comercial de Christiano J. Trein & Cia., de cuja firma faziam parte, na primeira década deste século, além do titular, seu filho Frederico Trein e seus genros Frederico Mentz e A.J. Renner.

Em 1910, um ramal ferroviário partindo do tronco Porto Alegre-*Novo Hamburgo* atinge Caxias do Sul, desviando a produção do Planalto, que a partir desse momento

deixa de ser escoada via São Sebastião do Caí, paralisando boa parte da atividade mercantil até então aí desenvolvida. Os capitais ali reunidos, que excediam as exigências do comércio local, foram empregados na indústria (Pellanda, s.d.).

A empresa A.J. Renner é o exemplo claro da cooperação entre os comerciantes na diversificação de suas atividades, uma vez que essa foi a forma que encontraram para a reprodução e ampliação do capital acumulado no comércio e que não apresentava possibilidades de expansão no próprio comércio local, devido às mudanças ocorridas no sistema de transportes com a abertura da via férrea.

A diversificação das aplicações de capital por parte do comércio constituiu-se, portanto, no caso do Rio Grande do Sul, num dos elementos fundamentais para a implantação da indústria.

Outra forma pela qual se teriam originado algumas indústrias no Estado seria aquela onde haveria a participação ou a predominância do capital bancário.

A Companhia Fiação de Tecidos Porto-Alegrense, fundada em 1891, teve como incorporador o Banco da Província, junto com um grupo de comerciantes de Porto Alegre. Em 1912, esse banco financiou, juntamente com a casa Bromberg, a instalação da fábrica de máquinas Mernak, que se estabeleceu em Cachoeira do Sul. Esse mesmo banco tornou-se, em 1919, juntamente com o Banco Nacional do Comércio e o Banco Pelotense, acionista e co-fundador da Companhia de Fumos de Santa Cruz do Sul (Pesavento, 1985, p.33).⁶

Não houve uma política deliberada, por parte do setor bancário, no que se refere ao financiamento e à incorporação de empresas industriais. Houve, sim, uma interação entre os diversos capitais, tanto na origem de algumas indústrias como de alguns bancos. Os bancos particulares, em sua quase-totalidade, contaram com a participação do capital industrial e comercial para sua formação. Assim, tanto o capital bancário financiou a instalação de empresas, quanto comerciantes e industriais encontraram nos bancos formas de aplicação e diversificação de seu capital.

Ao analisar o sistema financeiro regional, Lagemann (1985) chama atenção para o fato de que, na quase-totalidade dos bancos porto-alegrenses a integralização do capital bancário se fez com o auxílio do capital comercial, secundado pelo industrial. Como exemplo da associação dos diversos capitais no setor bancário, pode-se citar o Banco Industrial e Comercial do Sul S/A., antigo Banco Pfeiffer S/A, fundado em janeiro de 1919.⁷

⁶ Entre os acionistas do Banco da Província, encontram-se comerciantes e empresários ligados à indústria de vestuário, cerveja e fumo. O mesmo processo pode ser observado com relação ao Banco Nacional do Comércio e ao Banco Franco-Brasileiro, entre outros.

⁷ No ano seguinte, aumentou o seu capital com a participação na firma de Feador Jacob, H. Theo Moeller, F.G. Bier, Jorge Bercht, Carlos Daudt, Otto Niemeyer, Frederico Mentz & Cia. e Eduardo Dreher & Cia. Segundo Fortunato Pimentel, "Todos esses elementos, brasileiros natos, dispunham de vasto crédito, dentro e fora dos limites do Estado, caracterizando a sua atividade comercial pela honestidade e larga visão administrativa" (Pimentel, 1944, p.595).

Como pode ser observado, as distintas formas de existência do capital aparecem intimamente relacionadas. Às vezes, o mesmo agente social aparece em diferentes negócios e atividades ou se faz presente através de associações diversas.

Para concluir, deve-se ressaltar que a teoria da evolução do artesanato desde sua origem até a indústria serve à reprodução do discurso burguês que admite a ascensão social através da capacidade de poupança e do espírito de privação. Através dos trabalhos de Limeira Tejo, publicados na década de 30, essa concepção foi difundida e reproduzida, permanecendo a mais aceita até a publicação da obra de Jean Roche sobre a colonização alemã, em 1969, quando, pela primeira vez, foi questionada.

O papel desempenhado pelo comércio na origem da implantação da indústria no Rio Grande do Sul pode ser considerado como predominante. Não se pode esquecer, no entanto, que também, atuaram nesse processo o capital bancário e o financeiro.

Essa complementaridade de interesses entre os distintos grupos burgueses foi o que, em certa medida, contribuiu para o retardamento de uma organização autônoma do empresariado industrial, que só ocorreu em 1930, como se verá mais adiante.⁸

Os imigrantes e suas possibilidades de participação política

É consenso, a nível da historiografia sobre o Rio Grande do Sul, que a participação dos imigrantes no processo de industrialização do Estado foi significativa. Sua importância econômica e social conduz à necessidade de se traçar um perfil do imigrante que veio ao Estado, bem como das possibilidades que lhe foram dadas de participação nas decisões políticas, sociais e econômicas, durante o Império — período no qual ocorreu o início do processo de imigração para o País — e na República Velha, quando se consolida o processo de industrialização no Estado.

Os dois processos, o de imigração e o de industrialização, possuem um caráter diferente e ocorrem em momentos distintos da história do Rio Grande do Sul. A partir do desenvolvimento da economia baseada na exploração da pequena propriedade

⁸ Pesavento (1980, p.181) fornece o caso de Alberto Bins como o mais extremado em termos de integração política de um descendente de imigrante aos quadros de poder tradicionais do Rio Grande do Sul: elemento de representação ligado ao comércio e à indústria (indústrias Berta e Comércio de Ferros), bem como à agricultura do arroz, desde 1906 ingressara no PRR. De 1908 a 1913, ocupou o cargo de vereador na Câmara de Porto Alegre e tornou-se, neste último ano, deputado estadual, em mandatos que se renovaram em 1917, 1921 e 1926. Como vice-intendente de Porto Alegre, assumiu a chefia da Intendência, pela morte de Otávio Rocha em 1928, permanecendo no posto até a Revolução de 1930, quando foi reconfirmado pelo interventor Flores da Cunha. Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e do Sindicato Arrozeiro, que ajudou a fundar, elemento integrante da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, um dos fundadores do Banco Pelotense em 1906 e do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul em 1930, Alberto Bins fazia-se presente em todas as importantes instituições e órgãos de classe surgidos no Estado (exceção feita ao sindicato dos charqueadores, fundado em 1928).

colonial, desenvolvida primeiro pelos imigrantes alemães e, a partir de 1875, também pelos italianos, dá-se a gênese do processo de industrialização no Estado.

O início da imigração alemã para o Rio Grande do Sul ocorre a partir de 1824 como o resultado de uma política colonizadora levada adiante por D. Pedro I, com vistas à formação de núcleos de produção agrícola que, em regime de pequena propriedade, produzissem gêneros alimentícios destinados a abastecer o mercado interno e que contribuíssem para a diversificação produtiva brasileira. Segundo Pesavento (1980), esse fenômeno não pode ser desvinculado do processo mais amplo, que é o de internalização do modo capitalista de produção no Brasil. Também na opinião de Lando (1976), esse tipo de política de colonização que se instaura no Estado está intimamente ligado à expansão do sistema capitalista, que aos poucos irá introduzindo-se no campo.

"Tanto a Lei de Terras de 1850, como suas reformulações em 1886-1887, tinham em seu fundamento a mercantilização da terra. (...) o objetivo era o de impedir ao imigrante tornar-se proprietário pela simples posse da terra, (...) que poderia torná-lo concorrente do latifundiário pastoril. (...) o imigrante, no momento em que adquiria os lotes, estava garantindo ao fazendeiro que não iria apossar-se de suas terras" (Lando, 1976, p.80).

Por outro lado, o imigrante alemão que aqui chegava era desprovido de condições econômicas que lhe permitissem a instalação por conta própria de um empreendimento de maior vulto do que o da pequena propriedade. Aos imigrantes foi atribuído, portanto, um determinado papel social a ser desempenhado na sociedade gaúcha: o desenvolvimento de atividades agrícolas, com base na pequena propriedade, em regime de trabalho livre e por conta própria, sem acesso à escravatura.⁹

Para que se compreendam os limites e as possibilidades de ação política dos imigrantes, torna-se necessário descrever rapidamente como se achava constituído o sistema político vigente no País durante o Período Imperial (1822-89). Este era um sistema fortemente centralizado e excludente. A Monarquia Constitucional adotada pela elite senhorial que foi guindada ao poder com a Independência demonstra que houve no País uma democratização do poder apenas ao nível dos estamentos senhoriais. Eleições indiretas, requisitos para ser eleitor e ser eleito tornavam o sistema político pouco representativo, com a participação limitada aos estratos dominantes. Pela Constituição, o cargo de Presidente da Província era de nomeação Imperial, podendo ser removido pelo Imperador quando este entendesse que isso convinha ao bom serviço do Estado. A Carta Constitucional reconhecia e garantia ao cidadão o direito de intervir nos negócios de sua província, sendo esse direito exercido através do Conselho Geral da Província. A atuação do Conselho estava minuciosamente determinada e restrita pelo Poder Legislativo Central. Não havia, portanto, uma autonomia regional. A elite regional

⁹ "Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar ameaça à sua hegemonia política e econômica" (Lando, 1980, p.20).

disposta a interferir no processo político-administrativo via suas possibilidades decisórias barradas pela centralização vigente. Com o controle do aparelho administrativo regional nas mãos do Imperador, as elites dominantes regionais estavam alijadas do poder, pois não intervinham na escolha da administração provincial. Somente após 1834, através de Ato Adicional à Constituição vigente, é que o sistema político regional se liberalizou, mas não de todo. No lugar do Conselho Geral da Província, passou a atuar a Assembléia Legislativa, sendo que seus membros eleitos passaram a representar os interesses da Província. Assim, na administração provincial intervinham o Presidente, como delegado do Governo Central e indicado por este, e a Assembléia Legislativa, representando a elite provincial.

As eleições, à época do Império, eram, como já se mencionou, indiretas, de segundo grau e censitárias.¹⁰ Para os cargos eleitorais, ainda era exigido que os seus ocupantes fossem católicos e brasileiros natos, pelo que estavam excluídos tanto os imigrantes naturalizados quanto os acatólicos. Um indício da pouca, ou praticamente nenhuma, atuação política possibilitada aos imigrantes era o de que somente um pequeno número dos mesmos solicitava sua imediata naturalização, possibilidade aberta pelo Regulamento de Colonização de 1820, que lhes permitia a aquisição dos direitos de cidadania brasileira e, portanto, o direito à participação política como cidadão brasileiro.

O início da imigração para o Rio Grande do Sul caracterizou-se pela atitude apolítica dos alemães que se estabeleceram nos primeiros núcleos coloniais. Estes, devido à sua origem humilde, não atuavam politicamente em sua sociedade de origem, uma vez que esta era uma atividade somente realizada pelas classes mais elevadas.

"Na condição de camponeses, trabalhadores rurais e artesãos, não tinham eles, em sua terra, acesso às formas mais elementares de participação política. Não é de se estranhar, portanto, que sua primeira atitude ao chegar ao Brasil fosse de indiferença e apatia em vista dos acontecimentos políticos, muitos dos quais lhes diziam respeito de modo mais direto" (Lando, 1976, p.61).

Também no Brasil, a participação política desses camponeses foi restringida por sua renda, uma vez que o sistema era censitário. Além disso, os imigrantes vindos para o Rio Grande do Sul formavam um grupo diminuto nessa época e não tinham condições de impor seus interesses e nem sequer suas necessidades frente à política local. Cabe ressaltar ainda que, até 1852, somente um imigrante, o Dr. João Daniel Hillebrand, ocupou cargos políticos e administrativos, como diretor da colônia alemã de São Leopoldo. Além dele, nenhum outro imigrante participou ativamente da gestão das colônias, embora houvesse possibilidade de esses primeiros imigrantes participarem na gestão da política municipal como vereadores, uma vez que a lei que organizava os

¹⁰ "A nova sociedade burguesa se ia constituindo sobre bases estritamente censitárias, mais facilmente adaptáveis às necessidades do desenvolvimento econômico. A sanção política de tal sistema surgiu com a formação de um sistema parlamentar representativo, que excluía das eleições todos aqueles que não atingissem um certo Censo, excluindo-os, por isso, da possibilidade de se fazer representar politicamente.

O Censo eleitoral era o custo da contribuição necessária para ser considerado eleitor (...)" (Bobbio, 1986).

municípios, de 1828, permitia a todos os eleitores paroquiais que tivessem dois anos de domicílio no núcleo o acesso a essa função, independentemente de serem estrangeiros naturalizados e acatólicos (Pesavento, 1986, p.160).

O perfil do imigrante alemão mudou no transcorrer do século XIX com a vinda de imigrantes de origem urbana, expulsos de seu país devido a questões de ordem econômica ou por motivos políticos após o malogro dos movimentos liberais de 1848 ocorridos na Alemanha, e com o engajamento de soldados da Legião Alemã, por D. Pedro II, nas guerras do Prata. A partir daí,

"(...) teve início o afluxo de imigrantes políticos. Eram imigrantes que se diferenciavam dos primeiros, possuíam um espírito independente, estimulando o desenvolvimento de uma cultura germânica no Brasil e promovendo uma certa conscientização política entre os imigrantes alemães que já se encontravam radicados aqui" (Lando, 1976, p.63).

A participação dos imigrantes alemães no processo político da Província, para Roche (1969), além de ser restringida pelas exigências do sistema político vigente, o era também pelo fato de que todo o estrangeiro menor de 21 anos que solicitasse sua naturalização era obrigado a prestar serviço na Guarda Nacional e, mesmo naturalizado, não tinha acesso a certos direitos civis. Os protestantes eram mantidos à parte. Embora a lei de 1861 reconhecesse os efeitos civis do casamento dos acatólicos, estes não puderam exercer funções eletivas antes de 1881.

Os primeiros deputados eleitos de origem alemã são ex-soldados da Legião Alemã, buscados pelo Império para lutar contra Rosas, em 1851. Dois deles, Ter Brüggem e Frederico Haensel, eram membros da Praça de Comércio de Porto Alegre. Outros dois, Von Kahlden e Wilhelm Bartholomay tinham sido diretores de colônias. Karl von Koseritz era jornalista (Pesavento, 1980).

A reforma eleitoral que permitiu a eleição desses alemães, datada de 1881, foi a chamada Lei Saraiva, que estendeu a elegibilidade aos acatólicos e estrangeiros naturalizados com seis anos de permanência no País. Essa lei determinava, também, o fim da eleição indireta e a queda do censo para os eleitores paroquiais. Aumentava, ainda, a renda necessária para os cargos de deputado e senador. Portanto, a reforma continuava mantendo o sistema eletivo excludente, pois limitava economicamente o acesso aos cargos (Pesavento, 1980).

A participação política dos imigrantes, ao que tudo indica, não se processou sem atritos com a população nacional, embora, segundo Lando, esses atritos ocorressem não em função de sua raça, mas da posição que eles viessem a assumir na escala social.¹¹

¹¹ "Na condição de imigrante, o alemão nunca foi repellido pelos nacionais em função de sua raça. Entretanto, as manifestações de repulsa se faziam sentir quando ele assumia uma determinada posição na escala social. É o caso dos pequenos proprietários rurais, camada média da estrutura social, que se forma com a colonização. Ao reivindicarem seus próprios interesses, que não correspondiam aos dos estancieiros, manifestavam-se entre estes e os imigrantes alemães comportamentos antagônicos, reflexo de tensões sociais. Portanto, o que se observa na realidade é que a atitude repulsiva dos nacionais com relação aos imigrantes se dá não por fatores raciais, mas por interesses subjacentes às classes distintas

Para Roche (1969), a população luso-brasileira experimentava contra a colonização alemã uma hostilidade apenas disfarçada, que se manifestou de forma mais acentuada após a proclamação do Império alemão e pelo interesse da Alemanha pela colonização. Mais ainda, no decurso do período que se estende das origens da colonização até o princípio do século XX, nem os alemães nem os brasileiros manifestaram muito interesse pela integração dos imigrantes e de seus descendentes entre os súditos do Império ou entre os cidadãos da República do Brasil.

Esses preconceitos serviram também de entrave ao desenvolvimento da indústria do Estado. De 1875 a 1878, a Assembléia recebeu 17 pedidos de privilégios, como, por exemplo, isenções fiscais, procedentes de dirigentes de empresas alemãs, todos eles rejeitados sob a alegação de que:

"(...) visto que tais ajudas não podem ser justificadas pela utilidade pública que delas resultaria, podem ser consideradas (...) injustas, uma vez que implicam o sacrifício de grande número de contribuintes em proveito de um ou alguns" (Roche, 1969, p.547).

Esse descaso para com os alemães podia ser também observado através das reações negativas às intervenções de deputados de origem germânica na Assembléia Legislativa por parte de seus colegas representantes da Campanha ou das grandes cidades, cujos interesses eclipsavam os das colônias.¹²

Dessa forma, longe de chegar a resultados positivos, as intervenções dos deputados de origem germânica aparecem tachadas de parcialidade e são suspeitas aos olhos de seus colegas.

Durante o período da I Guerra Mundial, as hostilidades contra os alemães e seus descendentes tornaram-se mais evidentes, com saques e incêndios contra as principais firmas alemãs em Porto Alegre, de modo que muitas empresas trocaram seus nomes alemães por um nome português.

Segundo Lando (1976), o imigrante só viria a participar politicamente na medida em que o seu nível de vida econômica atingisse um certo grau que lhe permitisse situar-se dentro do sistema econômico e não à margem dele. A não-aceitação dos imigrantes por parte dos nacionais devia-se ao fato de que seus interesses como classe eram distintos, uma vez que, quando o imigrante passasse a participar da economia, os interesses que defenderia seriam os da pequena propriedade rural.

Em termos gerais, a representação política dos alemães ficou, no plano das Câmaras Municipais, entregue aos comerciantes, que constituíam o grupo dirigente. No nível mais alto da Assembléia Legislativa, os cargos foram preenchidos por comerciantes ou por elementos que se destacavam como uma elite intelectualizada. De uma forma mais geral, a participação dos imigrantes na vida política do Império foi reduzida, estando o poder monopolizado pelos pecuaristas, grupo hegemônico e dominante no Estado. Todavia, a partir da dinamização econômico-social advinda do fenômeno da imigração,

¹² Assim, com frequência eram observados apartes na Assembléia Legislativa Estadual: "O Nobre Deputado, embora hoje nosso patricio, é teuto-brasileiro (...)" (Roche, 1969, p.151, nota 53).

que se deu concomitantemente à ascensão do Partido Liberal ao controle político da Província, essa facção dos pecuaristas no poder estabeleceu uma aliança com os comerciantes e demais setores do complexo colonial alemão como forma de arregimentar votos e legitimar sua hegemonia (Pesavento, 1980).

No que se refere à visão dos imigrantes quanto à sua participação política, observa-se, nos núcleos coloniais alemães, a existência de duas correntes: aqueles que se colocavam sempre numa posição de simples hóspedes do Brasil e aqueles que, apesar de terem orgulho de sua ascendência, sentiam a necessidade de participar ativamente da vida política nacional. Koseritz é o defensor mais ardoroso da participação política. Para ele, o imigrante deveria participar das atividades políticas brasileiras, mas não deveria se desligar dos valores culturais do seu país de origem. Deveria conservar esses valores, como também disseminá-los para enriquecer a cultura brasileira.¹³

Pelo que se pode verificar com relação à atuação política dos imigrantes, destes, preferentemente, quem participava de forma mais atuante eram aqueles que haviam se tornado comerciantes e/ou industriais. Os colonos em geral não participavam, sendo, inclusive, no Período Republicano, utilizados pelos partidos políticos como massa de manobra eleitoral. Em todo caso — como se verá adiante —, são os comerciantes e industriais que tomarão parte na "Aliança Castilhistas" que se instalou no período que abrange a República Velha.

A burguesia industrial no contexto da República Velha

Com o advento da República, o Partido Republicano Rio-Grandense foi levado ao poder não através dos seus princípios ideológicos, mas, sim, por um golpe militar. Tomou conta das posições de mando, antes ocupadas pelo Partido Liberal. Através de uma liderança autoritária, o PRR impôs um sistema político que lhe garantiu a autonomia estadual. Segundo Pesavento (1980), o PRR teve consciência da nova realidade econômica e social da Província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais com uma proposta política reformista e modernizante. Formado ideologicamente pelo positivismo, o PRR objetivou ir ao encontro de todos os grupos sociais e não identificar o Estado a ser implantado como porta-voz e defensor dos interesses de um só segmento social. O PRR tinha o seu núcleo central composto por profissionais liberais egressos das faculdades do centro do País, na sua maioria filhos de uma parcela dos estancieiros, diferente daquela que tradicionalmente detinha o poder estadual. Para a composição de seus quadros, a propaganda republicana atraiu para o partido as novas

¹³ "A atitude de Koseritz foi sempre no sentido de que os colonos deviam participar da vida política do País, a fim de lutar por seus direitos e defenderem-se das injustiças de que eram alvo, tais como os problemas relacionados com a compra de terras" (Pesavento, 1980, p. 167).

camadas médias urbanas e os pequenos proprietários rurais de origem imigrante — principalmente os italianos¹⁴ —, banqueiros e comerciantes, bem como setores do Exército.

Segundo Pesavento (1986), a ascensão do PRR ao controle político no Rio Grande do Sul correspondeu à elaboração de um aparato de hegemonia que se revelou, ao longo da República Velha, amplo e eficiente na sua tarefa de englobar um maior número de atores sociais do que o alcançado pela Aliança Gasparista-Liberal¹⁵ que o precedeu. A base fundamental da Aliança Republicana encontrava-se na elaboração de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse aos interesses dos diversos setores sociais envolvidos. A ideologia positivista foi a matriz inspiradora da conduta política e administrativa que cimentou a Aliança, legitimando a atuação do governo autoritário e a do partido situacionista gaúcho.

O projeto regional do PRR, que se consolidou ao longo da República Velha, continha elementos que atraíam e abrigavam os interesses industriais. Propunha um desenvolvimento capitalista global para todos os setores produtivos do Estado, defendia a propriedade e garantia a iniciativa privada, reservando ao Estado as funções de eliminar entraves que se antepusessem à acumulação e de promover os meios para a obtenção do progresso. Apostava na racionalização da produção e postulava a manutenção da ordem social, eliminando ou contornando os conflitos. Portanto, o Estado de feição positivista, responsável por essas metas e orientações, apresentava-se como respondendo a todos os interesses, embora fosse claro o seu alinhamento ao lado do capital (Pesavento, 1986).

Nessa perspectiva, o Estado republicano gaúcho apresentava-se nos melhores moldes de um estado burguês: aparentemente neutro, não identificado com nenhuma classe social em particular, sendo o poder exercido em função da coletividade. Entretanto é inegável que, sob a capa de aparente neutralidade, o Estado rio-grandense, como já foi salientado, sempre correspondeu aos interesses do capital (Pesavento, 1986).

Em termos de seu papel no processo de industrialização do Estado, o PRR não apenas escolheu a alternativa do desenvolvimento industrial entre suas metas, como procurou solidificar suas alianças para com essa fração da burguesia, com os empresários arregimentando-se no partido da situação e utilizando-se dos seus canais para realizarem reivindicações específicas do setor (Pesavento, 1986).

Na análise desse período, Pesavento (1986) considera que os industriais surgiram não somente como sócios de um esquema de alianças e estratégias, mas como sócios privilegiados. Seja através do discurso positivista, matriz da conduta administrativa e

¹⁴ "Ainda com relação aos imigrantes e seus descendentes deve ser feita uma distinção: os alemães estavam presentes na composição da aliança gasparista, enquanto que os italianos, em recente processo de integração, tendencialmente irão compor grupos de apoio ao republicanismo." (Pesavento, 1980, p.171).

¹⁵ A Aliança Gasparista-Liberal foi a base de sustentação do Partido Liberal no RS, arquitetada por seu líder Gaspar da Silveira Martins, constituía-se em uma aliança entre os interesses ligados à pecuária (criação e charqueada) com setores do comércio, ao qual se achavam ligados os imigrantes alemães.

política, seja através da aplicação de um "projeto regional", a indústria e seus empresários foram contemplados de maneira especial, fato que não se registrou para o resto do País.

Ao nível econômico, desenvolveu-se um processo de complementaridade entre os setores agrário e industrial, no qual a agropecuária fornecia a matéria-prima para a "indústria natural"¹⁶, e ambos os setores ofereciam seus produtos para os mercados regional e nacional. Acoplada a essa articulação, justapunha-se uma modesta, porém eficiente, "indústria artificial"¹⁷.

Nesse contexto, durante todo o percurso ao longo do qual a burguesia industrial gaúcha foi se definindo como fração de classe distinta dos demais grupos privilegiados da sociedade, o partido dominante apresentou-se a ela como veículo preferencial de viabilização dos seus interesses específicos.

Nesse processo de organização da burguesia industrial no Estado, é de salientar que, a princípio, a Associação Comercial¹⁸ serviu como intérprete dos empresários junto aos poderes públicos contra o convênio Brasil/EUA¹⁹, realizado em 1891, e posicionou-se contra o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, quando este concedeu privilégio a empresas de fora do Estado para estabelecerem charqueadas no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, assumiu a defesa da produção contra a adulteração dos produtos gaúchos no mercado nacional. No tocante às tarifas alfandegárias, que poderiam colocar em choque os interesses de comerciantes e industriais, a posição da Associação Comercial era de que as tarifas eram excessivas para certas "indústrias naturais", reconhecendo a vantagem de proteger as indústrias que tinham razão de existir no País, assumindo, portanto, uma postura que não ia de encontro ao padrão característico da empresa gaúcha, processadora da matéria-prima local (Pesavento, 1986).

Embora não estivessem organizados em um órgão de classe, os empresários industriais, além de participarem da Associação Comercial, participavam ativamente

¹⁶ Indústrias naturais são aquelas que se encontram ligadas mais diretamente à transformação de produtos vindos da agropecuária local, realizavam a complementação necessária com os setores produtivos agrários.

¹⁷ Por **indústria artificial** entendiam-se aquelas que beneficiavam matéria-prima importada, "(...) considerava-se, enfim, que uma indústria que necessitasse importar matéria-prima viveria 'artificialmente' do protecionismo do governo, o qual deveria possibilitar esta aquisição no exterior. Seria, pois, uma atividade 'não natural', para a qual o país não estaria capacitado" (Pesavento, 1986, p.98).

¹⁸ Os empresários congregaram-se nas entidades associativas dos comerciantes, onde se destacava a Praça de Comércio de Porto Alegre — depois, Associação Comercial —, fundada em 1858. Isso se justifica no momento em que se considera que os interesses de ambas as frações não agrárias da burguesia — ou seja, comerciantes e industriais — apresentavam mais razões de complementaridade do que de divergência.

¹⁹ Esse convênio estabelecia redução de direitos de importação entre os produtos dos dois países. Prejudicava a indústria nascente do Rio Grande do Sul no que se referia à farinha de trigo, à banha, às manufaturas de madeiras, aos tecidos de algodão, aos presuntos, à manteiga e ao queijo, aos manufaturados de couro, exceto calçados, a carnes, a peixes, a frutas e legumes em lata e conservas. Todos esses produtos ficavam isentos de taxaço na sua entrada no Brasil.

da máquina administrativa, quer ao nível estadual, quer ao nível municipal. Os industriais participaram também do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, fundado em 1904. Esse centro propunha-se a aparelhar a agricultura gaúcha com elementos modernos do progresso, de modo a torná-la apta a fornecer os meios de subsistência e a matéria-prima para a maior parte de suas indústrias. Pretendia, além disso, fomentar o desenvolvimento das diferentes indústrias viáveis no território gaúcho, especialmente aquelas que consumiam matéria-prima local, com o que seria assegurada a independência industrial do Estado.

O Centro Econômico do Rio Grande do Sul foi, na verdade, um agente de integração da burguesia gaúcha e se inseriu dentro do

"(...) espírito que norteava a proposta governamental de desenvolvimento do estado rio-grandense e que contava com o respaldo dos setores mais expressivos da sociedade: um incentivo global a todos os setores de produção no qual se combinassem o crescimento da agropecuária com o progresso das indústrias beneficiadoras de matéria-prima local" (Pesavento, 1986, p.270).

A disseminação pelo Interior do Rio Grande do Sul de pequenas unidades fabris — como já visto anteriormente, um dos traços que caracterizaram a indústria gaúcha — contribuiu para que, na oportunidade em que se deflagrou uma greve operária no Estado (1906), os industriais pensassem em criar um órgão de classe que defendesse seus interesses frente à pressão dos operários, prevendo, na composição desse órgão, uma participação diferenciada, conforme a própria disparidade que se verificava no parque industrial estadual, de empresas de maior e menor porte. A idéia partiu do empresário Alberto Bins, por ocasião das reuniões promovidas pelos industriais no decorrer da greve para acertarem medidas de ação comum. A nova entidade se denominaria "União Industrial", e a comissão para elaborar seus estatutos foi composta de forma a serem representados os diferentes ramos da indústria: Alberto Bins (ferros), Victor Barreto (calçados), Francisco Merzog (madeiras), Otto Fenselau (tecidos), Neugebauer (doces). Participariam grandes e pequenos industriais, contribuindo cada um de acordo com o tamanho do seu estabelecimento. Poderiam participar, inclusive, as pequenas oficinas, que, na opinião dos industriais, só teriam a lucrar com seu ingresso na associação (Pesavento, 1986).

Embora houvesse toda essa mobilização em torno da idéia de se criar uma associação de classe, ainda não foi nessa ocasião que esta se concretizou.

A partir da segunda metade da década de 20, o PRR deixou de combater no Congresso Nacional medidas sociais que representavam interesses específicos e cruciais para a fração industrial da burguesia local, como, por exemplo, a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei de férias, contra a qual se posicionavam os empresários gaúchos. Em parte como decorrência dessa situação, em 1927, novamente a partir da liderança de Alberto Bins, reunidos na Associação Comercial, os industriais passaram a discutir a questão da formação de uma associação própria.

A fundação do Centro de Indústrias Fabris do Rio Grande do Sul (CINFA), por fim, em novembro de 1930, deveu-se basicamente a dois fatores. O primeiro foi consequência imediata da Revolução de 1930, que praticamente isolou o Estado do resto do País, desarticulando a sua economia, o que se refletiu diretamente no setor

industrial, devido à falta de matérias-primas para o setor. O segundo relacionava-se com o deslocamento da discussão e da elaboração das leis que regulamentavam as relações entre o capital e o trabalho para a esfera federal.

Com referência ao primeiro fator — ou seja, a Revolução de 1930 —, não interessa analisar, para fins deste estudo, a Revolução em si mesma, mas, sim, apontar a participação da classe empresarial no evento e as conseqüências advindas dessa participação para a organização da classe industrial no Estado. Na ausência de um órgão de classe próprio, a burguesia industrial aderiu ao movimento revolucionário pelas vias da Associação Comercial e do Rotary Club, bem como através de iniciativas individuais, fornecendo alimentos e roupas para os revolucionários (Pesavento, 1986).

O movimento, isolando o Estado do resto do País, veio perturbar o funcionamento das suas indústrias, as quais ficaram ameaçadas de paralisação de suas atividades. Isso faria com que inúmeros operários ficassem sem emprego, fato que traria insatisfação e colocaria em risco a paz social. Com todos os meios de transporte requisitados para fins militares, ficou interrompida a entrada de matérias-primas para a indústria gaúcha, bem como a remessa dos produtos gerados no Estado para os mercados consumidores do centro do País. Era necessário encontrar uma solução para o impasse, de forma que as indústrias não paralisassem totalmente suas atividades, mantendo a maior parte de seus operários ocupados, sem o risco de perderem seus empregos. Essa situação de emergência levou a um entendimento entre o Interventor do Estado, Flores da Cunha, e os empresários, contando com a participação do Intendente Municipal de Porto Alegre, Alberto Bins, com o objetivo de solucionar a crise iminente. Em conseqüência, formou-se o Comitê Industrial, que passou a se reunir diariamente para tratar das medidas a serem tomadas com relação aos operários e ao funcionamento das fábricas. A solução encontrada para o impasse foi a de garantir um mínimo de três dias de trabalho por semana nas fábricas, com o que seria assegurada a continuidade da produção e a subsistência dos operários. Contudo fazia-se necessário que o Governo do Estado pagasse aos empresários o valor das mercadorias requisitadas pelo poder público durante o movimento revolucionário (Pesavento, 1986).

Partiu desse Comitê a idéia da necessidade de uma associação efetiva e permanente dos industriais numa entidade que defendesse os direitos da classe empresarial na proteção do capital. Constituído inicialmente pelos empresários A.J. Renner, Ernesto Neugebauer, Oscar Campani, João Wallig, Alberto Jung e Oscar Gertum, sob a presidência de Alberto Bins, o Comitê ampliou o número de seus membros com a inclusão dos empresários Piero Sassi, Marciano da Silva Borges, Pedro Chaves Garcia e Alfredo Renner, que representavam a elite industrial do Estado (Pesavento, 1986).

Passados os episódios revolucionários, com a volta à normalidade, o Comitê Industrial, sob a liderança de A.J. Renner, concretizou a fundação do Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul.

Para ser sócio da entidade, estabeleceram-se alguns critérios, como o montante da força de trabalho e capital empregado na empresa. Além de possuir boa reputação na praça, a empresa deveria, no mínimo, possuir uma quantia aplicada de 200 contos de réis, ou não menos de 25 operários por turno. A contribuição mensal de cada associado seria proporcional ao número de trabalhadores que a empresa possuísse (Pesavento, 1986).

A nova entidade tinha como objetivos: a) defender os interesses legítimos da classe, onde quer que se manifestassem, expondo-os perante os poderes públicos; b) aperfeiçoar e expandir a indústria fabril rio-grandense; c) promover a união dos empresários, quer entre si, quer com os industriais de outros estados do Brasil e de países estrangeiros; d) desenvolver relações de solidariedade entre os sócios; e) ampliar o número de associados; f) propiciar estudos sobre questões de interesse da classe; g) favorecer a racionalização das indústrias e a estandarização dos principais produtos; h) incrementar as exportações da produção fabril (Pesavento, 1986).

Quanto às relações entre o capital e o trabalho, o CINFA deveria proporcionar a harmonia entre patrões e operários, facilitando o rápido término das questões que pudessem surgir entre eles e atuando de forma conciliatória.

O CINFA defendia a participação dos industriais na elaboração de atos do poder público referentes a questões que lhe dissessem respeito; da mesma forma, os empresários deveriam colaborar para a reforma da legislação e dos serviços públicos, quando prejudiciais ao desenvolvimento da indústria fabril. Foi vedado ao CINFA imiscuir-se na política partidária (Pesavento, 1986, p.588).

Os 25 sócios fundadores da CINFA eram representantes das maiores empresas do Estado, em especial têxteis (três sócios), fundições (cinco), alimentícias (três), bebidas (um), móveis (dois), vidro (dois), fumo (um), impressão (dois), construção (um) e confecções (quatro).²⁰

Historiada a fundação do CINFA, ocorrida logo após o movimento revolucionário de 30, é importante analisar o segundo fator que influenciou a fundação do Centro — ou seja, as conseqüências da centralização das questões sociais ao nível federal.

No caso específico do Rio Grande do Sul, já no final da década de 20, com o paulatino deslocamento das decisões referentes à **questão social**²¹ para a esfera federal, uma política engendrada pelo Governo Estadual conclamava os produtores a se sindicalizarem. O então Presidente do Estado — Getúlio Vargas — considerava que a organização dos diversos segmentos produtivos do Estado em associações e sindicatos contribuiria para a racionalização da produção, o controle dos preços e da qualidade dos produtos, oferecendo ao mercado artigos de qualidade superior e com menor preço. Somente dessa forma, o Estado poderia fazer frente à crescente concorrência, enfrentada pela indústria gaúcha, dos produtos vindos de São Paulo. Como resultado dessa conclamação, criou-se, em 1928, o Sindicato dos Charqueadores e o do Vinho, e, em 1929, o Sindicato da Banha.

²⁰ Eram elas: A.J. Renner & Cia.; Alberto Bins; Wallig & Cia.; Kessler, Vasconcellos & Cia.; Ernesto Neugebauer; Nedel, Jung Hermann & Cia.; Frederico Casper & Cia.; Sociedade da Banha Sul-Rio-Grandense Ltda.; Walter Gerdau; Fábrica Rio Guaíba; Bopp, Sassen, Ritter & Cia.; Kluwe, Müller e Cia.; Oscar Trichmann & Cia.; Sociedade Indústria e Comércio Ltda.; Otto Brutschke; Companhia Fiação de Tecidos Porto Alegrense; Hugo Gerdau; Companhia Geral de Indústrias; Barcellos, Bertaso & Cia.; F.C. Kessler & Cia.; J.R. da Fonseca & Cia.; Companhia de Vidros Sul-Brasileira; Tanhauser & Cia. Ltda.; Companhia Souza Cruz (Pesavento, 1986, p.586).

²¹ Com relação à **questão social** no Rio Grande do Sul, consultar Pesavento (1986).

"A idéia difundida pelo governo sobre a formação de associações civis de produtores para defesa de seus interesses econômicos comuns era de que, pela sindicalização, se facilitava o entendimento entre as classes produtoras e o Estado" (Pesavento, 1985, p.66).

O CINFA é, pois, a resposta dos industriais a essa conclamação. Conscientes de sua participação como aliados no interior da aliança hegemônica que se formara ao longo da República Velha, através de seu órgão de classe, a burguesia industrial pretendeu participar mais ativamente da elaboração da política econômica que seria seguida no pós 30.

"Influir e participar de um processo decisório, é, portanto, um marco não apenas importante de uma trajetória em busca de identidade como o aprofundamento de um papel de parceiro no bloco do poder. Na medida em que se reorientava e infletia para novos caminhos os rumos políticos do País, o empresariado precisava garantir seu espaço. Em certa medida, era a manutenção do papel de aliado relevante no aparato de hegemonia, mas por outra, representava um passo além na conquista de um espaço maior" (Pesavento, 1986, p.590).

Cabe ressaltar, ainda, que o desenvolvimento industrial não se constituiu no objetivo específico da política nacional no imediato pós 30. É a partir do esquema de alianças políticas que se estruturaria ao longo da década que surgiriam iniciativas nessa direção. Os inúmeros conselhos técnicos criados nesse período servem de canal de expressão da sociedade civil, além de desempenharem o papel de instância de informações e de decisões, principalmente a partir de 1937, quando o eixo da representação de interesses se deslocaria definitivamente do Congresso Nacional para os órgãos técnicos (Diniz, 1978).



Como pode ser visto ao longo da exposição, o artesanato teve um papel importante junto à economia colonial em sua primeira fase. Através dos diversos trabalhos consultados, verifica-se que efetivamente algumas empresas tiveram sua origem no artesanato, não se podendo, no entanto, generalizar, afirmando que a indústria gaúcha nasceu predominantemente a partir do artesanato.

Como mostram estudos recentes, a questão da origem do capital industrial parece ter começado a chamar a atenção dos pesquisadores, embora ainda não existam trabalhos que tenham como objetivo específico aprofundar o estudo das origens e da formação de capital na indústria gaúcha. Nesses trabalhos, em geral, foi afirmado que o capital para a indústria do Estado se teria originado predominantemente no comércio, em especial nas zonas de imigração. Em seus trabalhos, Pesavento chama atenção, por exemplo, para os demais setores econômicos do Estado com capacidade de acumular capitais e aplicá-los na indústria e, também, para o fato de que, às vezes, o mesmo agente social aparece em diferentes negócios e atividades.

Outro fato que não pode ser negado é a presença de imigrantes e/ou de seus descendentes na criação de grande número de indústrias no Rio Grande do Sul. Como estes enfrentaram dificuldades para ter seus direitos políticos e sociais reconhecidos, passaram, como constata Roche (1969), um longo período — no caso dos alemães,

quase 100 anos — sendo tratados como cidadãos de segunda categoria. Esse tipo de situação, inegavelmente, refletiu-se na sua atuação política posterior, quando já se haviam tornado um segmento social significativo e se encontravam à frente dos principais empreendimentos comerciais e industriais do Estado.

A não-participação política dos imigrantes deveu-se a razões como a obrigatoriedade da prestação de serviço militar por todo jovem com menos de 21 anos que se naturalizasse. Portanto, embora houvesse a possibilidade de participação dos imigrantes naturalizados na gestão da política municipal como vereadores, tendo em vista que a lei que organizava os municípios (1928) permitia a todos os eleitores paroquiais que tivessem dois anos de domicílio no núcleo o acesso a essa função, independentemente de serem estrangeiros naturalizados e acatólicos, essa atuação, até 1852, foi quase nula, com exceção do Dr. João Daniel Hillebrand, que ocupou cargos políticos e administrativos como diretor da Colônia de São Leopoldo.

A participação da burguesia industrial gaúcha na aliança hegemônica organizada pelo PRR ao longo da República Velha atuou, em certa medida, como um entrave para a constituição de seu órgão de classe. No período da República Velha, os industriais gaúchos atuavam junto à Associação Comercial, ou, de forma individual, junto ao Governo Estadual, para obter privilégios ou benefícios. Somente se organizaram como órgão de pressão a partir do momento em que as decisões de política econômica e social deixaram de ser tomadas no Estado, sendo encampadas pelo Governo Federal.

A partir da Primeira Guerra Mundial, os conflitos entre o capital e o trabalho tomaram um aspecto de crise nacional. A solução da **questão social** passou a ser encaminhada a nível federal, através do Congresso Nacional. O abandono pelos deputados gaúchos, no final da década de 20, da defesa dos interesses dos industriais fez com que fossem aprovadas leis às quais o empresariado local era contrário. Esse fato, conjugado à crise oriunda da Revolução de 30, despertou os industriais gaúchos para a necessidade de se organizarem em um órgão de classe que defendesse seus interesses específicos.

Assim, em novembro de 1930, a elite industrial funda o CINFA, que, a partir de então, passou a defender seus interesses e serviu como instrumento para a ampliação de seu espaço dentro da aliança hegemônica.

Bibliografia

- BELING NETO, Roberto A. (s.d.). *A indústria no Rio Grande do Sul*. s.n.t. (mimeo).
- BOBBIO, Norberto (1986). *Dicionário de política*. Brasília, UnB.
- CASTRO, Antonio Barros de (1980). *7 ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Nacional.
- COHN, Gabriel (1990). Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- DINIZ, Eli (1978). **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAGEMANN, Eugênio (1985). **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- (1980). Imigrações e industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 4).
- LANDO, Aldair M. & BARROS, Eliana C. (1980). Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 4).
- (1976). **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre, Movimento/IEL.
- LOVE, Joseph (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.
- MOURE, Telmo (1980). A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 4).
- MÜLLER, Geraldo (1972). **Periferia e dependência nacional**. São Paulo, USP. (Dissertação de Mestrado).
- PELLANDA, Ernesto (s.d.). **40 anos Renner Indústria do Vestuário: uma organização vertical sem similar em nosso país ou no exterior**. (s.n.t.).
- PESAVENTO, Sandra (s.d.). **A burguesia industrial gaúcha na República Nova**. (s.n.t.).
- (1986). **Empresariado industrial, trabalho e estado - contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930)**. São Paulo, USP. (Tese de Doutorado).
- (1985). **História da indústria sul rio-grandense**. Guaíba, Riocell.
- (1980). O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 4).
- (1979). República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 2).
- PICCOLO, Helga I.L. (1979). A política rio grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 2).
- PIMENTEL, Fortunato (1944). **O Rio Grande do Sul e suas riquezas**. Porto Alegre, Continente.

- REICHEL, Heloísa Jochins (1979). A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 2).
- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- SINGER, Paul (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Nacional.
- SOUZA, Paulo Renato Costa e (1973). **Un modelo primário exportador regional: el caso del Rio Grande do Sul, Brasil**. Santiago, Universidad del Chile. (Tese de Mestrado).
- SZMRECSANYI, Tamás (1986). Apontamentos para uma história econômica do Brasil no período 1920-50. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, 7(1):3-44.
- TEJO, Aurélio Limeira (1937). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre, Globo.
- TRINDADE, Hégio (1979). Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documenta, 2).
- VELLOSO, Tânia Pütten, coord. (1973). **O empresário e a inovação tecnológica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, PUC.

Abstract

Literature about organization attempts made by the Rio Grande do Sul's bourgeoisie during the First Republic is reviewed in the present article. Firstly it focuses the beginning of state industrialization process, identifying the origin of capital invested in manufacturing. Afterwards, studies the immigration process and political activity then developed. Finally, an attempt is made to show that the industrial bourgeoisie's engagement in the hegemonic alliance organized by the Partido Republicano Rio-Grandense worked, to some extent, as a restraint to their self-organization.